

MOVIMENTO POLICIAIS ANTIFASCISMO NO BRASIL: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DO CAMPO DA ESQUERDA MILITAR.

FRANZ ARNALDO CEZARINO⁴

RESUMO: Este artigo analisa a atuação do Movimento Policiais Antifascismo nas mídias digitais. O processo de coleta dos dados primários se efetuou por meio do sistema screenshot (printscreen) sobre os conteúdos postados no mural público do grupo e dos comentários feitos pelos usuários no *Facebook*. Os resultados alcançados evidenciaram que o movimento se coloca à esquerda do campo político ideológico e as mídias digitais ampliam a escala de cobertura do movimento, dando-lhe maior visibilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento Policiais Antifascismo; Esquerda Militar; Mídias digitais.

ABSTRACT: This article analyzes the antifascism policemen movement in digital media. Public posts made on Facebook became search data. The primary data collect process was carried out through screenshot system on the group and of comments posted. Thus, it was possible to select pictures which contributed to understand the movement proposes. The results show that movement is placed to the left of the political field as well as these media expand the movement scale, giving it most visibility.

KEYWORDS: Policemen antifascism movement; Military Left-win; Digital media.

4 Doutorando em Ciências Sociais pela UNESP.

1. Introdução

No dia 1º de março de 2018 o Manifesto dos Policiais Antifascismo foi publicado nas redes sociais para demarcar o campo de atuação e a agenda política do movimento. Esse manifesto, elaborado no I Seminário Nacional de Policiais Antifascismo⁵, em Setembro de 2017, no Rio de Janeiro, exhibe, dentre outras, as seguintes opiniões e pautas políticas: 1) o fascismo⁶ é um estilo de vida que expressa violência à diferença e tem crescido no Brasil; 2) os policiais devem possuir direitos à greve, a organizar-se ou filiar-se a partidos e não serem submetidos a prisões administrativas; 3) evitar o discurso de estado de guerra contínuo que tende a vitimar as populações pobres e negras; 4) lutar contra a atual política de repressão às drogas que acaba militarizando as forças policiais não solucionando o problema; 5) propõe a desmilitarização da polícia, a reestruturação horizontal das instituições policiais, evitando a formação de “castas” onde grupos minoritários são privilegiados em detrimento daqueles que estão nas ruas todos os dias (ANTIFASCISMO, 2018)⁷.

O Movimento Policiais Antifascismo é composto por vários profissionais da área da segurança pública, a saber: policiais militares, federais, civis e rodoviários federais, papiloscopistas, escrivães de polícia, bombeiros militares, guardas municipais e agentes prisionais (polícia prisional). Para o professor e delegado de Polícia Civil Fernando Antônio Alves (2018) o movimento eclode, principalmente, como repulsa aos discursos e práticas de extrema-direita que têm tomado conta de contingentes policiais. Policiais antifascismo surgem para promover o debate e resistir às políticas de desmantelamento do Estado social e dos direitos fundamentais na contemporaneidade. É um movimento de caráter progressista que luta por causas sociais, étnicas, de gênero e identidade (ALVES, 2018).

Outro importante documento do movimento foi publicado no dia 5 de Junho de 2020 e assinado por 500 policiais. Intitulado *Policiais Antifascismo em Defesa da Democracia Popular* e também em formato de manifesto, ele está envolto no seguinte contexto:

O que se apresenta neste momento, como uma ameaça singular, é a institucionalização e o avanço destes mecanismos de controle e repressão, que pretendem afastar toda e qualquer forma de oposição ao modelo político-jurídico-econômico

5 O evento teve a presença de várias lideranças políticas nacionais como Marcelo Freixo (PSOL), Maria do Rosário (PT) e Ciro Gomes (PDT). O II Seminário Nacional dos Policiais Antifascismo aconteceu em Salvador, Bahia, nos dias 14 e 15 de Março de 2018. Evento esse integrado ao Fórum Social Mundial.

6 De acordo com o Dicionário de Política, o fascismo é definido por um sistema de dominação político autoritário, tendo como principais características: 1) o monopólio da representação política, ou seja, a existência de um único partido de massa; 2) oposição aos valores liberais individualistas; 3) oposição ao socialismo e ao comunismo; 4) controle das informações e dos meios de comunicação, 5) Estado totalitário, etc. (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 1998).

7 As fontes secundárias obtidas por meio de páginas na internet estão citadas no final do texto.

neoliberal. Não podemos esquecer que, ao assumir a Presidência da República, Jair Bolsonaro afirmou que iria “banir toda a forma de ativismo em nosso país”. Essa é a orientação dos gabinetes do ódio, que transformam as fake news em instrumentos de perseguição política (POLICIAIS ANTIFASCISMO, 2020, p.2).

Os meses de Abril, Maio e Junho de 2020 foram marcados por manifestações de apoiadores do Governo Federal pedindo o fim do Supremo Tribunal Federal e a instauração de uma intervenção militar. Além disso, a tentativa do Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, exposta em rede nacional, de tentar politizar e comandar as ações da Polícia Federal foi o ápice para a eclosão de movimentos opostos em defesa da democracia.

Mas o documento ainda buscou denunciar a repressão que o Movimento de Policiais antifascismo vem sofrendo:

Neste exato momento de ameaças de ruptura da ordem democrática institucional, “com as armas da democracia”, o Movimento Policiais Antifascismo está sendo covardemente atacado por uma investigação política do Ministério Público do Rio Grande do Norte. De acordo com o procedimento preparatório, com mais de 600 páginas, somos enquadrados ficticiamente como “grupo paramilitar”, com dezenas de policiais antifascismo sendo identificados com fotos, endereço e telefone (POLICIAIS ANTIFASCISMO, 2020, p.2).

Evidencia-se que, mesmo com tão pouco tempo de existência, o movimento já sofre perseguições, inclusive de instituições democráticas. Porém, esse não é o único exemplo. Em Dezembro de 2018 o policial militar João Maria Figueiredo fora executado em São Gonçalo do Amarante - RN com cinco tiros na cabeça, e colegas citam inimigos dentro e fora da corporação. Mais um caso envolvendo policial militar foi o do Tenente Martel Alexandre del Colle do Rio Grande do Sul que foi aposentado em 2019 aos 29 anos por afirmar, na sua conta do *Facebook*, que não apoiava Jair Bolsonaro.

É nesse contexto de tensão que o Movimento Policiais Antifascismo no Brasil contemporâneo se torna um fenômeno a ser estudado. Por um lado, vê-se a tendência de conscientização enquanto classe trabalhadora e o fomento de pautas progressistas e democráticas; por outro, observa-se a tentativa de repressão e silenciamento por parte de agentes governamentais e estatais.

Essa dinâmica instigou a investigação, principalmente, do *modus operandi* desse coletivo. Por isso, os objetivos específicos deste artigo são: 1) compreender ideias e ações do

movimento e 2) conhecer os meios utilizados para a efetivação de suas pautas. Tais propósitos contribuirão para alcançar o objetivo central, demonstrar que o Movimento de Policiais Antifascismo se configura como uma organização de esquerda e utiliza o *Facebook* como uma de suas ferramentas políticas.

Para dar conta dos objetivos, dois caminhos serão percorridos: 1) utilizar-se-á o conceito de Esquerda Militar de João Quartim de Moraes (2005), tornando inteligível o Movimento Policiais Antifascismo no Brasil e os dados coletados; e 2) serão escolhidas, como dados de análise, as postagens públicas feitas por esse grupo na plataforma *Facebook*. Sendo assim, este trabalho possui as mídias digitais como campo de pesquisa.

O *Facebook* é caracterizado:

[...] como um website, que interliga páginas de perfil dos seus utilizadores. Tipicamente, é nestas páginas que os utilizadores publicam as mais diversas informações sobre eles próprios, e são também os utilizadores que ligam os seus perfis aos perfis de outros utilizadores (Buffardi e Campbell, 2008; Tufekci, 2008 apud CORREIA, MOREIRA, 2014, p. 168).

Foram registrados nessa plataforma mais de 1.150 milhões de utilizadores em 2015 (CORREIA, MOREIRA, 2014) e, no Brasil, 86% dos brasileiros com acesso à internet usam essa rede social (ALVES, 2016). Esses dados comprovam que o *Facebook* se configura como espaço de produção de ideias, representações, interações e emergência de novos sujeitos e coletividades.

O procedimento de coleta dos dados se deu através do sistema *screenshot*, mais conhecido como *printscreen*, que permite salvar a imagem que aparece na tela do computador. Ao abrir o *Facebook*, foi colocada, na barra de pesquisa, a nomenclatura ‘Policiais Antifascismo’. Imediatamente apareceu a página do movimento que também se intitula como “Organização Política”. Nesse grupo foi possível visualizar postagens públicas feitas no mural, reações e comentários de usuários sobre os conteúdos. A partir disso, foram analisadas as postagens publicadas pelo movimento, os comentários e as reações que as pessoas fizeram. Quantificar e diferenciar os tipos de reações se tornou um recurso importante para perceber as tensões existentes dentro da página.

2. As mídias digitais como campos da vida social e da pesquisa

De acordo com Richard Miskolci (2011 p. 12) “Mídias digitais são uma forma de se referir

aos meios de comunicação contemporâneos baseados no uso de equipamentos eletrônicos conectados em rede [...]”. Essas novas mídias têm a capacidade de visibilizar pessoas e grupos que não alcançavam os meios de comunicação tradicionais. Miskolci (2011) utiliza o termo “protagonismo individual” para demonstrar que, atualmente, novos modelos de comportamento são agenciados pelas pessoas que vivenciam as mídias digitais.

As mídias não apenas geram novos modelos de comportamento, mas abrem espaços para pessoas que tinham dificuldades de conceber relacionamentos de forma pessoal. Isso acontece pelo fato dessas mídias, hoje em dia, constituírem e configurarem a vida social. Não é à toa que a Sociologia Digital, subdisciplina da Sociologia, surgiu nos últimos anos em resposta aos impactos das novas tecnologias (LUPTON, 2019). Aquele (a) que nega a importância das mídias digitais na produção de experiências está condicionado (a) a ver muitos fenômenos de forma limitada.

Felipe Padilha e Lara Facioli (2018, p.306) argumentam que ao se falar em digital, não se tem em vista o processamento dos dados numéricos, mas o “[...] aspecto sociotécnico das relações, isso é, de relações híbridas envolvendo humanos e não-humanos”. Foi a *Web 2.0* surgida em 2000 que transformou os provedores em plataformas interativas promovendo sociabilidades e evidenciando estilos de vida de variados públicos. As relações produzidas na internet estão diametralmente ligadas à vida cotidiana, e isso traz implicações para a pesquisa.

Assim, qualquer abordagem que deseja compreender os usos da internet e das mídias digitais não deve começar exclusivamente pelo traço do ciberespaço, mas compreender a sua articulação com atividades e projetos que compõem o solo da vida cotidiana (PADILHA, FACIOLI, 2018, p. 310).

Os usos que as pessoas fazem da *internet* estão relacionados à vida que elas vivem. Quando os indivíduos ou um coletivo entra em uma plataforma, eles fazem de forma interessada, seja para criar novos vínculos, estudar, divulgar sua própria imagem, articular-se politicamente, etc. Existe, então, um espaço fértil para pesquisas acadêmicas. As mídias digitais contemplam os campos da vida social e da pesquisa.

Outra questão pertinente tem a ver com a autoria nas mídias digitais. Uma pessoa pode se conectar assumindo sua própria identidade, mas também pode fazer isso de forma anônima. Existem aqueles perfis que são identificáveis, porém, ao publicar conteúdo, pode acontecer de não ter como saber por quem foi postado. Quem foi pessoa que colou o conteúdo e apertou *enter*? É o caso, por exemplo, dos coletivos e movimentos sociais que

abrem perfis em plataformas *on-line*. A questão aqui se insere no campo da pesquisa, já que a autoria é fundamental para as Ciências Humanas.

Filipe Cezarinho (2018), ao entrar no debate da pesquisa em mídias digitais no campo da História, entende que a falta da autoria sobre uma documentação não inviabiliza a pesquisa. “[...] todo e qualquer registro que pode ser acessado em plataformas digitais fazem parte de determinada sociedade em tempo/espaço específicos, assim podendo ser interligado socialmente por práticas discursivas que circulam” (2018, p.336). O historiador, apoiado nos pressupostos de autoria (Michel Foucault) e de lugar e espaço (Michel de Certeau), fornece subsídios para analisar as publicações que não prescindem de autoria, mas que configuram como potenciais registros para a produção do conhecimento histórico e que, portanto, não devem ser negligenciados.

Dessa forma, as publicações feitas pelo Movimento de Policiais Antifascismo, objeto de investigação deste artigo, tornam-se relevantes, mesmo quando não se sabe qual pessoa as colocou ali.

3. A Esquerda Militar como conceito e campo de estudo

Formulado por João Quartim de Moraes (2005) o conceito de Esquerda Militar oferece uma lente para conceber a participação de militares progressistas à esquerda nas Forças Armadas em acontecimentos relevantes para a nação, defendendo uma sociedade democrática.

O autor buscou na Assembleia Nacional de 1791 na França as metáforas entre esquerda e direita para embasar seu conceito. Era a localização espacial do grupo partidário que defendia o progresso e a igualdade social de um lado (à esquerda), e o grupo oposto, formado por partidários dos privilégios e contra a igualdade (à direita) que fundamentavam essas nomenclaturas. São essas definições históricas baseadas em valores que marcaram as diferenças entre os dois termos. Todavia, de acordo com Quartim de Moraes (2005), como são valores, é preciso fazer referência a situações históricas concretas para que elas realmente encontrem significados. Então ele afirma que:

Há um século, a causa da igualdade se concretizava no abolicionismo. Hoje, na reforma agrária, no combate sindical e partidário pelos direitos sociais dos trabalhadores, na defesa da economia nacional contra os trustes e a agiotagem do capital financeiro internacional, na luta contra o imperialismo e as guerras de recolonização (QUARTIM DE MORAES, 2005, p. 31).

A investigação de situações que ocorreram ou ocorrem pode depreender a existência de uma esquerda, e no caso em questão, uma esquerda militar. Por isso, é importante situar historicamente tais acontecimentos. Assim fez o autor ao demonstrar a repulsa de muitos militares, inclusive do Marechal Deodoro e do Major Benjamin Constant, ao sistema escravocrata; a revolta dos marinheiros subalternos iniciada em 1910, conhecida como revolta da chibata; a contestação da jovem oficialidade do Exército ao sistema de privilégios e do monopólio do poder político dado às oligarquias agrárias na República Velha, movimento conhecido como tenentismo; dentre outros (QUARTIM DE MORAES, 2005).

O conceito de esquerda militar formulado por João Quartim de Moraes pode ser apreendido como uma categoria analítica ou por um parâmetro político, justamente por recuperar a existência desses grupos e suas intervenções políticas e teóricas, até mesmo em clandestinidade (CUNHA, 2009), fato que ocorreu principalmente durante a ditadura civil-militar de 1964 a 1985.

Paulo Cunha (2009) também informa que “a centralidade que substancia e, ao mesmo tempo, preenche o conceito de Esquerda Militar - vetores morais e políticos - é válida contemporaneamente, e, abre projetivamente outras linhas de pesquisa” (CUNHA, 2009, p. 4). Assim, ele também se torna um campo de estudos que não se esgota nos acontecimentos do passado.

Se os vetores morais e políticos amparam o termo, eles também servem para ampliar o objeto de investigação e os campos de aplicação em realidades temporais e espaciais distintas. Dessa forma, não apenas os militares das Forças Armadas, mas os (as) policiais, militares ou não, podem ser visualizados por essa lente conceitual, justamente pelo fato de se colocarem como atores políticos à esquerda e defenderem pautas progressistas. Essa é a lente conceitual que dá inteligibilidade às ações e ideias do Movimento Policiais Antifascismo.

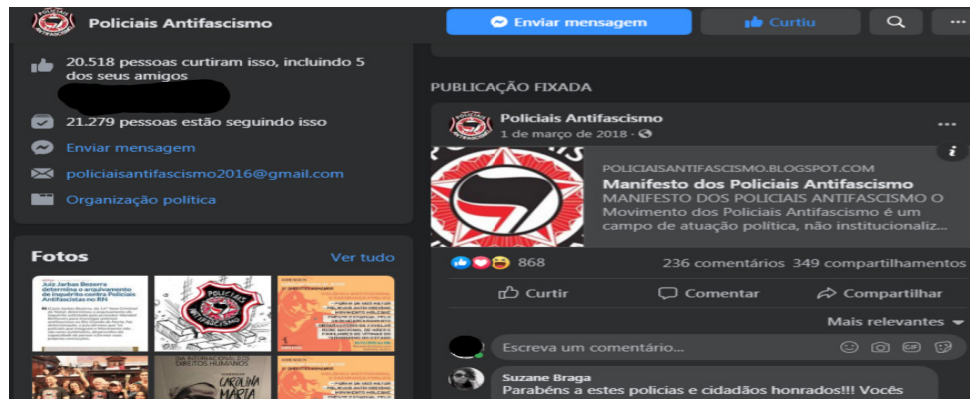
4. Policiais Antifascismo no *Facebook*

Ao digitar “Policiais Antifascismo” na barra de pesquisa do *Facebook*, logo aparece a página oficial. Na página inicial tem uma publicação fixada datada de 1º de Março de 2018, mas as primeiras postagens começaram a ser feitas em 2017. Ao clicar no conteúdo, o *hiperlink* nos leva ao *blog* do Movimento policiais Antifascismo. O documento que está publicado é o “Manifesto dos Policiais Antifascismo”. Essa postagem fixada no mural tem o intuito de

demonstrar de imediato o que esse movimento pretende.

Figura 1 - Policiais Antifascismo (Página Inicial)

Fonte: Arquivo do autor (Setembro de 2020)



A figura 1 contém muitos detalhes. A princípio, observa-se que 21.279 pessoas seguem a página. Abaixo do número de seguidores está descrito o *e-mail* para contato, assim como o botão em cor azul para envio de mensagem privada, este localizado acima da publicação fixada. A publicação define as pautas políticas do movimento. Foram 236 comentários, 349 compartilhamentos e 868 reações. As informações que mais despertaram comentários tiveram a ver com os dois primeiros tópicos que apontaram o crescimento do autoritarismo no Brasil e a percepção de policiais enquanto trabalhadores.

O primeiro tópico demonstra o ódio que o fascismo possui contra as diferenças e que esse sentimento tem aumentado exponencialmente no país. Além disso, explicita as consequências diretas sobre as políticas de segurança pública, das quais: a noção de guerra constante, o cárcere e o uso de armas pela população seriam as possibilidades no combate à violência.

Bom, os dados da violência contidos no *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (2019) demonstram que 11 a cada 100 mortes intencionais foram provocadas pela polícia, dando uma média de 17 pessoas mortas por dia. Em 2018 foram 6.220 vítimas da polícia, havendo assim, um aumento de 19,6% em relação a 2017. 99,3% das vítimas são homens; 77,9% estão na faixa entre 15 a 29 anos; e 75,4% são negros.

Por outro lado, o Brasil é o país em que as taxas de vitimização de policiais também são altas. O aumento da criminalidade na sociedade brasileira cria uma relação proporcional entre mortes de civis e policiais. 343 policiais civis e militares foram assassinados, porém

houve uma diminuição de mortes de 8% em relação a 2017. Dentre as vítimas policiais 75% delas não estavam em serviço (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2019).

O segundo tópico evidencia o direito à greve, à livre associação, a busca por melhores condições de trabalho e se coloca contra prisões administrativas. Na concepção do movimento, esses elementos geram uma condição de subcidadania do (a) policial, principalmente daqueles (as) que se alocam na base da pirâmide hierárquica.

Esses ideais e ações são muito parecidos com demandas históricas de policiais. Felipe Garcia (2019), ao analisar a esquerda policial e sua ação política em São Paulo, no período entre 1946-1964, demonstra que havia uma interação entre a Força Pública e a Guarda Civil, de forma corporativa, para alcançar direitos trabalhistas⁸, defender a democracia e lutar por causas nacionais. “[...] as articulações e mobilizações dos policiais de esquerda ocorriam em seus centros sociais, uma vez que, por tratar-se de um local mais reservado e destinado às famílias dos policiais, as agremiações sofriam menos [...]” (GARCIA, 2019, p. 127). Entende-se, assim, a maneira que se dava a ação política em um período de forte vigilância dos agentes do estado. Desdobraram-se disso as manifestações nos anos 1950, a participação no movimento grevista de 1961, na campanha “O Petróleo é Nosso!”, dentre outros eventos.

No que tange ao Movimento Policiais Antifascismo, a novidade agora é o uso de mídias digitais como meio para operacionalizar as ações políticas. Esse mecanismo amplia rapidamente sua escala de atuação, porém, o torna mais visível e vulnerável a críticas e intervenções diretas de seus opositores. Não é à toa que na figura 1 vários comentários criticavam o movimento, assim como reações de riso foram colocadas, dando a entender que esses sujeitos não têm legitimidade alguma, chegando até a ironizar o manifesto.

Entretanto, a visibilidade em larga escala é interessante já que promove o compartilhamento das ideias do movimento facilmente. É dessa maneira que a bancada antibala é apresentada no *Facebook*.

⁸ Os departamentos de polícia dos Estados Unidos vivenciaram as questões trabalhistas na década de 1960 por causa dos sindicatos policiais que começaram a agir com força buscando adquirir novos direitos, o que gerou uma série de problemas para a administração policial (GOLDS-TEIN, 2003).

Figura 2 - Policiais Antifascismo (Bancada antibala)

Fonte: Arquivo do autor (Setembro de 2020)



O hiperlink dessa publicação leva o usuário ao site da Uol. Postagem feita no dia 15 de Setembro de 2020, mostrou os (as) policiais pré-candidatos (as) aos cargos legislativos nas eleições municipais. Foram 24 comentários e 573 reações positivas. Dessa vez não houve reações de ódio ou ironia. Os comentários também foram positivos e afirmavam a função de servidores públicos que são os policiais e que, por isso, deveriam lutar por uma sociedade mais justa.

O texto que o movimento escreve no mural junto ao conteúdo informa que eles são a possibilidade real da construção de uma frente ampla contra o fascismo. Já a reportagem possui as fotos dos (as) policiais pré-candidatos (as) e breves falas no corpo do texto.

Martel Alexandre Dell Colle, pré-candidato a vereador pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) em Curitiba, faz duras críticas à ideia de que “a polícia tem que subir morro para dar tiro”; Pedro Chê, pré-candidato a vereador pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em Natal, fez duras críticas às carreatas em plena pandemia de COVID-19, e também é contrário à noção de que segurança pública é caso apenas de polícia; Fabrício Rosa, policial Rodoviário Federal, gay, milita em uma associação de policiais LGBTQI+ e se pré-candidatou a vereadores pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em Goiânia; A guarda municipal de Canoas, Luciana Rocha, candidatou-se à vereança pelo Partido Verde (PV) defende o policiamento comunitário e faz duras críticas às fardas camufladas da GCM que tende a torna-los “um puxadinho da brigada militar”. Isso afastaria a GCM da população. Há outros (as) pré-candidatos em vários municípios brasileiros.

Ao todo foram 27 candidatos e candidatas membros do coletivo que disputaram as eleições municipais em 2020. O Movimento de Policiais Antifascismo publicou no dia 23 de Novembro uma nota com o título “Congratulações, Policiais Antifascismo. Fizemos o bom combate!” (MOVIMENTO POLICIAIS ANTIFASCISMO, 2020, s/n). Essa nota, em tom de congratulação aos/às policiais que disputaram o sufrágio, traçou o panorama da atuação e o definiu como positivo, apesar de apenas um policial ter sido eleito como vice-prefeito em Lagoa de Velhos - RN. O Movimento entende como positivo no processo eleitoral o fato de ter-se colocado de vez no cenário político expondo claramente sua pauta antifascista.

Entretanto, a publicação também contém um conteúdo que chama atenção. Versa sobre possível dissenso entre o Movimento e alguns/algumas policiais ao conduzirem as coalizões para as disputas eleitorais. Alguns candidatos escolheram partidos que não se identificavam com o campo da esquerda e a nota é bem insinuante ao informar que:

[...] isso poderá custar caro aos camaradas que escolheram o pragmatismo eleitoral em detrimento a coerência política, ideológica. Mas ainda assim, todos e todas fizeram o discurso e mantiveram um conteúdo programático no campo progressista, no espectro Antifascismo” (MOVIMENTO POLICIAIS ANTIFASCISMO, 2020 s/n).

Esse trecho revela muito mais que uma crítica à postura de alguns policiais durante o pleito, ele demonstra que a produção de coesão dentro do grupo pode não estar consolidada. Investigações posteriores poderão elucidar essa situação.

O grande objetivo dessa frente, na concepção do movimento, é combater a bancada da bala que defende o slogan do “Bandido bom é bandido morto”, as políticas de encarceramento e de flexibilização do porte de armas. Bancada da Bala se refere aos 35 deputados federais apoiados pelas associações de atiradores, associações de policiais militares e civis e a indústria bélica. É um grupo conservador que está alocado em partidos de direita.

As eleições municipais de 2020 tiveram um quantitativo considerável de policiais e militares candidatos (as) a cargos de vereador (a), vice-prefeito (a) e prefeito (a) (CUNHA, 2020). Essa foi a primeira eleição na era do presidente Jair Messias Bolsonaro, ex-militar das Forças Armadas. Apesar de haver bastantes policiais e militares à esquerda do campo político, a grande maioria pertence aos partidos à direita (FERNANDES, 2020).

Dentre as causas que fomentaram esse aumento no número de policiais e militares disputando o pleito eleitoral, Cláudio Couto (apud Marcella, 2020) afirma que quando um (a) policial se lança a algum cargo, o público entende isso como uma ação positiva em

questões de segurança pública, pois acredita que esse sujeito se preocupa com o problema da violência. Para Paulo Cunha (apud Marcela, 2020) o forte associativismo preenchido de viés político condicionou essas candidaturas também nos grupos à esquerda.

Para finalizar a análise da figura 2, cabe falar sobre a imagem que aparece no canto esquerdo. É um vídeo de um debate que ocorreu no dia 10 de Setembro de 2020 com o título “A maconha é nossa: regulamentação do plantio da maconha para fins terapêuticos e medicinais”. Esse debate está dentro das pautas do movimento que combatem as atuais políticas antidrogas efetivadas na segurança pública brasileira. Orlando Zaccone, delegado de polícia civil do Rio de Janeiro, deixa bem claro que o movimento de policiais antifascismo defende a legalização, produção e comercialização de todas as drogas. Isso viabilizaria o controle por parte do estado e avançaria nas questões da saúde pública. Ou seja, a perspectiva não se restringe à Segurança Pública. As suas ações políticas compreendem os fenômenos interconectados e não isolados.

O racismo e seus desdobramentos na segurança pública é outro exemplo de interconexão entre fenômenos que esses (as) policiais colocam em evidência.

Figura 3 - Policiais Antifascismo (Publicação sobre racismo)

Fonte: Arquivo do autor (Setembro de 2020)



No dia 14 de junho de 2020 foi publicada no mural uma reportagem sobre a análise que Kléber Rosa, policial civil do estado da Bahia, fez sobre a agressão de um PM branco a um policial civil negro. A postagem teve 286 reações, 5 comentários e 78 compartilhamentos. Os comentários criticavam a estrutura racista da sociedade. Sobre as reações, 27 delas

expressavam tristeza, o sentimento de raiva apareceu 6 vezes, 2 de surpresa pelo acontecido e 2 desejando força. As 237 curtidas e 10 “amei” revelam que os leitores e as leitoras gostaram da análise proposta pelo policial.

A reportagem publicada pela Ponte tem como pano de fundo o crime de racismo cometido por um policial militar branco contra um policial civil negro em São Paulo, no mês de Junho de 2020. O policial civil levava três suspeitos à delegacia quando foi abordado pelo PM que o mandou deitar no chão.

Para o policial antifascista Kleber Rosa, o racismo é algo tão forte que supera o próprio corporativismo policial e tem muito a ver com as políticas eugenistas no início do século XX no Brasil que ainda influenciam na segurança pública.

Não propomos analisar essa argumentação aqui. O que importa no momento é demonstrar que a agenda dos policiais antifascistas cobre uma dimensão ampla da realidade social. Eles (as) deixam claro que não há avanços nas políticas de segurança pública sem discutir o racismo na construção da sociedade e na formação de policiais.

O Movimento Policiais Antifascismo em sua página no *Facebook* também publica a participação de seus policiais em manifestações. Em 2019 vários membros do movimento foram às ruas brasileiras protestar contra a reforma da previdência, colocando-se como trabalhadores.

Figura 4 - Policiais Antifascismo (Manifestações contra a Reforma da Previdência)

Fonte: Arquivo do autor (Setembro de 2020)



A figura acima é a junção de três fotos publicadas no grupo do movimento que exibem a participação de policiais antifascistas em manifestações contra a reforma da previdência em 2019 nos estados do Paraná e Pernambuco. As imagens tiveram reações positivas, porém poucos comentários e compartilhamentos.

Tanto a classe política, a mídia tradicional e as fontes oficiais do Estado expuseram dados nos quais a Previdência Social possuía déficit e que, por isso, uma reforma se fazia urgente. Porém, de acordo com dados científicos, o déficit não se verifica na realidade, visto que o cálculo feito incide apenas sobre o saldo previdenciário, rejeitando as outras formas de arrecadação, como a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) que, juntos, deixam o orçamento da seguridade social superavitário e não deficitário. As análises mostram que o próprio Governo desvia o orçamento para pagamento de juros de despesas financeiras (SOUZA, 2015).

As mudanças relativas à reforma da previdência de 2019 não são objeto de investigação aqui. O que se torna relevante como dado neste artigo é a participação do Movimento de Policiais Antifascismo em manifestações democráticas em defesa de causas da classe trabalhadora. Isso corrobora com a pauta descrita no manifesto do movimento que descreve os (as) policiais como trabalhadores (as).

Até aqui, os resultados apresentados demonstram que o Movimento de Policiais Antifascismo age de forma intensiva na plataforma *Facebook* onde compartilha muitas informações. A página do grupo contém uma quantidade enorme de conteúdos postados que não puderam ser destacados aqui. Além do *Facebook*, o movimento participa de outras plataformas digitais como *Twitter* e *Instagram*, além do *blog* que possui todos os artigos publicados por policiais. Todas essas mídias podem e devem se tornar objeto de investigação para ampliar o entendimento sobre o fenômeno. Elas demarcam, historicamente, uma ferramenta nova para a Esquerda Militar no Brasil, pois abrangem muito mais pessoas.

Os dados também despertam o interesse para os valores políticos que o movimento possui. O Movimento Policiais Antifascismo se aloca à esquerda porque a luta contra as injustiças sociais e a busca por mudanças evidenciam a defesa da igualdade e do progresso (QUARTIM DE MORAES, 2005).

Além disso, o coletivo faz ecoar a ideia de que a polícia deve ser uma instituição defensora e mantenedora ordem democrática. Essa noção encontra fundamento na teoria política. Jean-Claude Monnet (2006), ao pensar a polícia por meio da abordagem política, escreve que:

[...] uma sociedade livre não pode dispensar um certo nível de ordem, ou ainda, de previsibilidade, nas trocas sociais cotidianas. Quer se trate de limitar a extensão dos comportamentos predadores sem retroceder à autodefesa dos séculos passados, de facilitar os deslocamentos em sociedades marcadas pela mobilidade, de regradar as divergências pelas quais uma arbitragem é pedida ou deve ser imposta, a força do elo social e a qualidade de vida de que se beneficia a maioria dos cidadãos das sociedades ocidentais dependem, em boa parte, da maneira como a polícia cumpre as tarefas para as quais ela é solicitada ou que ela própria se atribui. Não só os cidadãos esperam da polícia que ela lhes assegure um certo nível de segurança, mas lhe pedem que o faça de tal modo que sua convicção democrática saia reforçada (MONET, 2006, p.29).

O que caracteriza a polícia não é a repressão, mas sim a possibilidade da manutenção de uma sociedade na qual os valores democráticos sejam respeitados e reafirmados. Sociedade esta em que seus cidadãos possam usufruir dos direitos que lhes são dados. A construção desse tipo de polícia é possível com uma mudança de paradigma. Assim, inovações organizacionais surgem. O Movimento Policiais Antifascismo parece entender bem isso.

Considerações Finais

Este breve trabalho teve como intuito analisar as ações e ideias do Movimento Policiais Antifascismo na plataforma *FaceBook*. Os resultados comprovam que esse coletivo atua a partir do polo à esquerda do âmbito político.

Tais descobertas favorecem a produção de novas pesquisas no campo da Esquerda Militar. Pode-se argumentar que o artigo parece comprar a ideia de que o Movimento Policiais Antifascismo é de esquerda. Mas o objetivo foi justamente esse. A relevância do trabalho está exatamente em construir um objeto de pesquisa dentro de um campo de estudos. Sendo assim, não há problema algum em fazer tal afirmação. Os dados primários comprovaram que o coletivo se coloca à esquerda do campo político.

O que pode ser problematizado de agora em diante tem a ver com os (as) policiais e até que ponto esses sujeitos divergem ou não das premissas do Movimento. Essa questão suscita novas investigações partindo dos indivíduos. Podem aparecer contradições significativas dentro do coletivo como acontece em qualquer outro movimento social. Tangenciar essa questão é importante para encontrar possíveis limitações da própria organização.

As ações de policiamento idealizadas e praticadas, por exemplo, por esses policiais devem ser investigadas também. Uma organização que defende os direitos fundamentais e luta contra a política de repressão provavelmente imagina um tipo de policiamento distinto.

O Movimento Policiais Antifascismo, de acordo com os dados coletados, percebe que o problema da segurança pública não se resolve com mais polícia e mais repressão. A violência como fenômeno social se expressa por meio de vários âmbitos. Por isso, as suas pautas articulam o racismo, a homofobia, a desigualdade social, dentre outros fenômenos. Isso é bastante inovador.

Já a participação de policiais em vários partidos políticos e as candidaturas desses (as) nas eleições de 2020 demonstram que o movimento busca ocupar os espaços de poder na política para viabilizar suas demandas. Essas articulações necessitam de inquirição mais profunda. Ademais, a oposição feita pelo movimento contra a bancada da bala reafirma a vivacidade do embate ideológico entre esquerda e direita no Brasil.

Importante também são as mídias digitais como ferramentas utilizadas pelo movimento. Elas dão maior visibilidade e facilitam as interações sociais e políticas. As pessoas passaram a conhecer a existência de policiais com ideias e práticas revolucionárias, e isso mudou a concepção de muitas delas sobre a relevância de se construir uma polícia defensora de direitos e liberdades e que reafirme a importância da democracia. Gera-se um protagonismo que tende a fomentar modelos possíveis de comportamento tanto do (a) policial quanto da instituição.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO brasileiro de segurança pública. Fórum brasileiro de segurança pública, ISSN 1983-7364, 2019.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília : **Editora Universidade de Brasília**, 1 la ed., 1998.

CEZARINHO, Filipe. História e fontes da internet: uma reflexão metodológica. Temporalidades - **Revista de História**, ISSN 1984-6150, Edição 26, V. 10, N. 1 (jan./abril. 2018).

CUNHA, Paulo Ribeiro da. A esquerda militar no Brasil: uma leitura e várias agendas. In: **Anais do III Encontro Nacional da ABED**, 2009. Disponível em <<http://www.abeddefesa.org/page4/page7/page23/files/PauloCunha.pdf>>.

GOLDSTEIN, Herman. Policiando uma Sociedade Livre. Tradução Marcello Rollebreg; revisão da tradução Maria Cristina P. da Cunha Marques. - São Paulo: **Editora da Universidade de São Paulo**, 2003. - (Série Polícia e Sociedade; n.9/Organização: Nancy Cardia).

JOÃO QUARTIM DE MORAES. A esquerda militar no Brasil. Volume I: Da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes. Ed. 2. rev - São Paulo : **Expressão Popular**, 2005.

LUPTON, Deborah. Sociologia digital: para além do digital, rumo ao sociológico. **Preludios**, Salvador, v. 8, n. 8 p. 137-145, jul./dez. 2019.

MISKOLCI, Richard. Novas Conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. **Cronos** (Natal. Impresso), v. 12, p. 9-22, 2011.

MONET, Jean-Claude. **Polícias e Sociedades na Europa**. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. - 2. Ed. 1. Reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Série Polícia e Sociedade; n.3).

PADILHA, Felipe; FACIOLI, Lara. Sociologia Digital: apontamentos teórico-metodológicos para uma analítica das mídias digitais. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, Vol. 54, N. 3, p. 305-316, set/dez 2018.

SOUZA, José Francisco de. A falsa crise da Seguridade e Previdência Social: avaliação crítica e subsídios para um novo modelo, a partir da expansão dos fundos de pensão. **[SYN]THESIS**, Rio de Janeiro, vol.8, nº 1, 2015, p. Cadernos do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro 39 - 54. DOI: 10.12957/synthesis.2015.25829.

Fontes:

ALVES, Fernando. Policiais antifascismo: um conceito. **Saibamais**. Disponível em: <<https://www.saibamais.jor.br/policiais-antifascismo-um-conceito/>> Acesso em 31 de mar. 2020.

ANTIFASCISMO, Policiais. 500 policiais assinam manifesto contra o fascismo e pela democracia no Brasil. Disponível em: <<http://policiaisantifascismo.blogspot.com/2020/06/500-policiais-assinam-manifesto-contra.html?view=classic>> Acesso em 04 de jul. 2020.

ANTIFASCISMO, Policiais. Manifesto Policiais Antifascismo. Disponível em: <<http://policiaisantifascismo.blogspot.com/2018/03/manifesto-dos-policiais-antifascismo-o.html?view=magazine>> Acesso em 17 de jun. 2020.

ANTIFASCISMO, Policiais. Congratulações, policiais antifascismo. Fizemos o bom combate! Disponível em: <http://policiaisantifascismo.blogspot.com/2020/11/congratulacoes-policiais-antifascismo.html?view=magazine> Acesso em 20 de dez. 2020.

CUNHA, Carolina. Mais de 6.700 policiais e militares se lançam candidatos; PSL lidera casos. **Uol**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/09/29/mais-de-6700-policiais-e-militares-se-lancam-candidatos-psl-lidera-casos.htm>> Acesso em 12 de out. 2020.

FERNANDES, Marcella. Número de candidatos a prefeito que são militares reformados ou PMs mais do que dobra. **HUFFPOST**. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/entry/militares-e-policiais-candidatos-prefeito-2020_br_5f738dc8c5b6d698bb24a4ea> Acesso em 12 de out. 2020.

MENDONÇA, Jeniffer. Bancada antibala: policiais lançam pré-candidaturas contra discurso bandido bom é bandido morto. **Ponte**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/ponte-jornalismo/2020/09/15/bancada-antibala-policiais-lancam-pre-candidaturas-contra-discurso-bandido-bom-e-bandido>> Acesso em 16. Set. 2020.

OLIVEIRA, Rafael. PM é aposentado aos 29 anos por apoiar o #elenão. **Agência Pública**. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/direitos-humanos/pm-e-aposentado-aos-29-anos-e-pode-ser-expulso-por-apoiar-elenao/>> Acesso em 04 de jul. de 2020.

STABILE, Arthur. PM integrante do Policiais Antifascismo é executado no RN. **Ponte**. Disponível em: <<https://ponte.org/pm-integrante-do-policiais-antifascismo-e-executado-no-rn/>> Acesso: em 04 de jul. de 2020.

STABILE, Arthur. Policial é condicionado a tratar negros como bandidos: revela investigador. **Ponte**. Disponível em: <<https://ponte.org/policial-e-condicionado-a-tratar-negros-como-bandidos-revela-investigador/?fbclid=IwAR0uQuiuNPBzyR-zzo-Zp8d3ubW11zrEgDPG66akDQXVVfkK3TuyP0UM7w0>>. Acesso em 20 de set. de 2020.